

POLÍTICA E PODER JUDICIÁRIO

EDITOR RESPONSÁVEL

Jan Woischnik

CONSELHO EDITORIAL

Estevão de Rezende Martins

Fátima Anastasia

Humberto Dantas

José Álvaro Moisés

José Mario Brasiliense Carneiro

Lúcia Avelar

Silvana Krause

ORGANIZAÇÃO

Alexandre Veronese

Juliano Daisen Benvindo

COORDENAÇÃO EDITORIAL E REVISÃO

Reinaldo J. Themoteo

CAPA, PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Claudia Mendes

IMPRESSÃO

Stamppa

ISSN 1519-0951

Cadernos Adenauer XVIII (2017), nº1

Política e Poder Judiciário

Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, junho 2017.

ISBN 978-85-7504-207-6

*As opiniões externadas nesta publicação são
de exclusiva responsabilidade de seus autores.*

Todos os direitos desta edição reservados à

FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER

Representação no Brasil: Rua Guilhermina Guinle, 163 · Botafogo

Rio de Janeiro · RJ · 22270-060

Tel.: 0055-21-2220-5441 · Telefax: 0055-21-2220-5448

adenauer-brasil@kas.de · www.kas.de/brasil

Impresso no Brasil

Sumário

- 7 Apresentação
- 11 Vieses na decisão judicial e desenho institucional:
uma discussão necessária na era da pós-verdade
RICARDO DE LINS E HORTA
ALEXANDRE ARAÚJO COSTA
- 35 Petições em linha e ação política:
aplicações de comunicação ou de participação política?
ALEXANDRE VERONESE
GUSTAVO CAPELA
- 59 Revolução, morte e garantia de direitos: nas Américas e além
ÁNGEL R. OQUENDO
- 125 O Supremo Tribunal Federal e a política no Brasil contemporâneo
FABIANA LUCI DE OLIVEIRA
- 149 Produzindo elites jurídicas:
prêmios, comendas e distinções dos ministros do STF (1988-2013)
FÁBIO FERRAZ DE ALMEIDA
FERNANDO DE CASTRO FONTAINHA
GABRIELA MACIEL
- 173 O Supremo Tribunal Federal como agente do
constitucionalismo abusivo
RAFAEL ESTORILIO
JULIANO ZAIDEN BENVINDO

- 193 Separação e Equilíbrio de Poderes: reflexões sobre
democracia e desenho institucional do STF pós-1988
Apontamentos a partir de um estudo de caso: ADPF 402-DF
GRAÇA MARIA BORGES DE FREITAS
THOMAS DA ROSA DE BUSTAMANTE
- 217 O direito à saúde e a jurisprudência do
Superior Tribunal de Justiça: desafios à imaginação institucional
HUMBERTO MARTINS

Apresentação

■ Uma das principais discussões da agenda política brasileira nos últimos anos diz respeito à relação entre a política e o Poder Judiciário e ao modo como os desdobramentos desta relação reverberam na sociedade. Sendo esta uma época de importantes transformações que, quer sejam internas quer externas demandam resposta tanto de ordem política como jurídica. Internamente a crise de cunho político e econômico cria um cenário de crescente incerteza, no qual tivemos o impeachment de Dilma Rousseff há pouco mais de um ano. Contudo, a subida de Michel Temer à posição máxima não arrefeceu a crise política. A rápida sucessão de acontecimentos políticos que nos chega a cada dia através da mídia tem potencial para causar vertigens até nos analistas políticos mais experimentados, e mais recentemente o julgamento da chapa Rousseff/Temer, tudo isso atesta a gravidade da conjuntura.

No cenário internacional temos diversas situações, como a crise migratória em várias partes, seja na tragédia humanitária no Mar mediterrâneo seja na Venezuela, gerando um fluxo de venezuelanos para o Brasil, especificamente o estado de Roraima. Há também o Brexit e o espectro do populismo de extrema-direita que tem assombrado vários pleitos. Na área ambiental temos a saída dos Estados Unidos do Tratado de Paris, gerando assombro e mais incerteza. Todo este cenário afeta o Brasil direta ou indiretamente, e os tópicos abordados nesta publicação buscam examinar a realidade brasileira, tomando em consideração o que sucede na atualidade em âmbito mais amplo.

Esta edição da série Cadernos Adenauer reúne oito artigos que realizam análises sobre variadas perspectivas da relação entre política e direito. O objetivo de tais estudos é estimular reflexões sobre o papel do direito e dos atores engajados em sua elaboração e no seu cumprimento. A seguir faremos uma breve descrição dos capítulos.

Ricardo de Lins e Horta e Alexandre Araújo Costa defendem em seu artigo a necessidade da promoção de políticas públicas estabelecidas a partir de evidências científicas, partindo da investigação das interações entre políticas públicas jurídicas e o conhecimento científico, pautados num enfoque embasado na psicologia cognitiva. Segundo os autores, o conhecimento dos aspectos cognitivos concernentes aos processos de tomada de decisão por parte dos aplicadores do direito possibilita maior precisão na avaliação da utilidade das estratégias políticas.

O artigo da autoria de Alexandre Veronese e Gustavo Capela auxilia na compreensão de como a internet exerce influência na democracia, através de meios virtuais que possibilitam e ampliam a participação de diversos atores na vida pública. São examinadas como as relações de natureza virtual interferem no jogo do poder. O objeto escolhido para tal investigação são as petições online, tendo sido analisadas duas em específico. A partir destas são feitas reflexões sobre o potencial da internet, apontando novas possibilidades que estas ferramentas de comunicação trazem à vida democrática, bem como os seus limites.

Ángel R. Oquendo discorre sobre a crise enfrentada pelo Sistema Interamericano de Direitos humanos. Neste capítulo o autor discute sobre os ataques de diversos países da região a órgãos fundamentais do Sistema, a Comissão Interamericana de direitos Humanos e a Corte Interamericana de Direitos Humanos, e explicita os fatores sobre os quais esta problemática está estabelecida: soberania e não-intervenção, repúdio a determinadas decisões e politização dos direitos humanos, aprofundando a análise sobre cada um dos fatores, e utilizando como exemplos controversias relacionadas à liberdade de expressão e ao direito à saúde.

Fabiana Luci de Oliveira discute em seu artigo sobre o protagonismo político do Supremo Tribunal Federal, analisando se a atuação do STF tem ultrapassado os limites de suas funções. A autora entra no debate respondendo a duas questões, uma sobre qual é o papel que um tribunal dessa natureza deve exercer em uma sociedade democrática, e a outra acerca das expectativas a respeito desse tribunal e se ele estaria indo além de suas atribuições. Desse modo a discussão avança em torno do tema da legitimidade dos tribunais e de sua capacidade de atuar em instâncias da arena política, bem como a maneira como isso vem sendo feito pelo Supremo no Brasil atual.

O artigo de autoria de Fábio Ferraz de Almeida, Fernando de Castro Fontainha e Gabriela Maciel traz reflexões sobre a chamada “notoriedade socio-cultural” dos ministros do STF. Este capítulo investiga como membros de um determinado grupo da sociedade tomam parte em outros espaços, com ênfase nos símbolos que os ministros do Supremo acumulam ao longo de suas carreiras, e

como dizem respeito ao envolvimento de elites na produção social da notabilidade. São utilizados dados sobre diversos tipos de títulos, homenagens, condecorações entre outros, classificando-os em diversas categorias, de modo a elaborar uma análise mais específica deste grupo social.

Rafael Estorilio e Juliano Zaiden Benvindo examinam os argumentos favoráveis à deliberação no Superior Tribunal Federal e seus limites, apontando para o uso que o STF faz de recursos do constitucionalismo contra si mesmo. O artigo direciona sua análise nas duas estratégias usadas pelo tribunal com o objetivo de fortalecer seu poder de negociação em relação aos outros poderes,

Graça Maria Borges de Freitas e Thomas da Rosa de Bustamante defendem em seu artigo que os fatores que engendram um processo de fortalecimento e expansão são os mesmos que representam risco para a autoridade do STF, em termos da jurisdição constitucional. Os autores apresentam um estudo de caso, de modo a exemplificar diversos aspectos do debate mais recente. Também são discutidas opções democráticas no sentido de aprimorar as deliberações e o diálogo com os outros poderes.

O ministro do Superior Tribunal de Justiça Humberto Martins analisa o tema do direito social à saúde, descrevendo a evolução da doutrina e do direito constitucional positivo, no âmbito do reconhecimento de sua relevância. Este tópico é considerado pelo autor um desafio à imaginação institucional na busca de caminhos para a sua implementação. Este capítulo está dividido em três partes: a primeira descreve a afirmação do direito constitucional e social à saúde, a segunda descreve dois tipos de controvérsias no contexto do Superior Tribunal de Justiça, e na última parte são tecidas as considerações finais.

Este número da série Cadernos Adenauer traz uma pequena mudança: a partir desta edição cada capítulo conta com um resumo em inglês e em português. Deste modo torna-se mais fácil ter uma ideia geral do artigo. Esperamos que esta seleção de estudos possa contribuir nos debates sobre as relações entre a política e o Poder Judiciário, a fim de podermos elaborar uma melhor compreensão sobre a realidade brasileira, a partir de um viés político-jurídico.

JAN WOISCHNIK

Representante da Fundação Konrad Adenauer no Brasil